



INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4023

Andréia Rodrigues Hoshino, UEM

Resumo

A forte influência exercida pelo Banco Mundial na política macroeconômica brasileira irradia-se sobre diversos setores, entre eles, a educação. Dada à circunstância, o presente artigo tem como objetivo analisar a influência do Banco Mundial na educação escolar indígena, por meio da análise do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. O custo total do projeto é US\$ 713,24 milhões sendo US\$ 350,00 milhões financiados pelo Banco. O projeto contempla vários setores, entre eles, a educação, que está dividido em dois programas, o Renova Escola: que tem o objetivo de recuperar, ampliar e adequar os espaços físicos escolares; e a Formação em Ação: que tem o objetivo de promover a formação continuada para professores e técnicos da rede estadual de ensino. Inicialmente serão apresentadas as propostas educacionais defendidas pelo Banco Mundial para os povos indígenas e, num segundo momento, as convergências entre as propostas do Banco Mundial e o projeto educacional iniciado no Paraná no ano de 2013. Para cumprir com objetivo da pesquisa, a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e análise documental. A documentação será coletada das páginas da internet do Banco Mundial e da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. Desse modo, conclui-se que uma vez feito o financiamento o Estado está de certa forma subordinado a desenvolver uma política coerente com as políticas estabelecidas pelo Banco.

Palavras Chave:

Banco Mundial, Escola Indígena, Políticas Públicas.

Introdução

Atualmente, o futuro dos povos indígenas está cada vez mais sendo afetado por projetos elaborados e financiados por agências multilaterais, entre elas, o Banco Mundial. Com o discurso de reduzir a pobreza através da educação, esta agência vem elaborando propostas educacionais por todo o mundo, inclusive, no estado do Paraná – Brasil. Segundo Domenech (2007), a educação seria capaz de elevar o capital humano a partir de investimentos em comunidades mais carentes e, é a partir deste ideal de educação como investimento no capital humano, que o BM passa a dar mais atenção aos grupos étnicos.

Dada a circunstância, o presente artigo pretende discutir a influência do Banco Mundial na educação escolar indígena paranaense, por meio da análise do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. O recorte temporal terá início o ano de 2012, período que ficou pronto o documento de salvaguarda para a participação dos povos indígenas no projeto, e termino no ano de 2016, data do último relatório de monitoramento apresentado ao Banco Mundial. A documentação será coletada das páginas da internet do Banco Mundial e da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná.

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná contempla vários setores: saúde, educação, meio ambiente, agricultura, planejamento, administração e gestão fiscal. Porém, a análise será realizada somente no setor da educação, que possui três programas: Renova Escola, Formação em Ação e o Sistema de Avaliação da Aprendizagem.

Para tratar do tema acima descrito, é necessário conhecer as diretrizes propostas pelo Banco Mundial. Neste sentido, faremos uma breve leitura histórica, e para tanto nos reportarmos à década de 1980, período em que o Banco impôs uma agenda política de ação, em

especial na educação, que apareceu como ponto chave para a redução da pobreza e crescimento econômico. Num segundo momento, será apresentado o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, e por fim, as convergências entre as propostas do Banco Mundial e o Projeto.

Para realização desta pesquisa, farei uso dos estudos de Fonseca, 1992, 1998, 2010; Salviani, 2002; Faustino, 2006; entre outros, acerca das influências do Banco Mundial na educação das ‘minorias étnicas’ ou ‘povos vulneráveis’. Estes estudos identificaram que a partir da década de 1990 se aprofundam as relações entre este organismo internacional e o governo brasileiro, o que impactou profundamente os rumos das políticas educacionais adotadas no país desde então.

O método escolhido para a elaboração deste trabalho é a revisão de literatura, através da pesquisa bibliográfica. O estudo bibliográfico foi necessário porque, segundo Esteban (2001, p. 33), “a teoria nos ajuda a olhar, ver, indagar, interpretar e organizar a realidade”.

O Banco Mundial e suas Diretrizes para Povos Indígenas

Segundo Fonseca (1992, 1998, 2010), o Banco Mundial (BM) foi criado juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods, e tinha como objetivo financiar a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Apesar da participação de várias nações nessa conferência, incluído o Brasil, quem definia as regras do plano eram os Estados Unidos.

Atualmente o Grupo Banco Mundial (GBM) é composto por cinco organizações: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou BM), que financia projetos na área social e de infraestrutura econômica, para

países em desenvolvimento; Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), que destina seus créditos para países mais pobres; Corporação Financeira Internacional (CFI), que trabalha com o setor privado; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), que fornece seguro ou garantias contra riscos políticos no intuito de promover o investimento estrangeiro direto nos países em desenvolvimento; e Centro Internacional de Solução de Controvérsia sobre Investimentos (ICSID), que fornece mecanismos para conciliação e arbitragem de controvérsias sobre investimento internacional entre investidores estrangeiros e os países anfitriões.¹

Ainda de acordo com Fonseca (2010), hoje em dia, o BM financia projetos para setores sociais e econômicos (infraestrutura, educação, saúde, administração pública, agricultura e gerenciamento de recursos naturais e do meio ambiente). Para a realização dos empréstimos o BM estabelece várias condições prévias ao mutuário entre elas:

[...] a fixação de diretrizes políticas e de rígidos cronogramas operacionais. Na fase de execução, o Banco supervisiona e avalia a utilização e os resultados dos empréstimos, de forma a garantir que atendam às pré-condições do acordo e que os objetivos sejam executados em consonância com as políticas econômicas, financeiras, sociais e ambientais acordadas entre o Banco e o mutuário (BANCO MUNDIAL, 2009 apud FONSECA, 2010).

Como se pode notar o BM só financia projetos que cumprem suas diretrizes, e caso esses projetos tenham a participação de povos indígenas, existe uma política específica que deve ser seguida pelo mutuário.

Para Salviani (2002), a atuação do Banco em relação às populações indígenas é parte de uma reestruturação mais ampla do campo internacional do desenvolvimento, iniciado nos anos 70, pelo gestor do BM Robert McNamara, que inaugura uma nova era na luta contra 'pobreza' e o 'subdesenvolvimento'. Os povos indígenas são inseridos no interior destas temáticas através de categorias e papéis específicos, que são determinados, sobretudo, pelas características de 'extrema pobreza' e 'diversidade cultural' a eles atribuídas, que se traduzem usualmente na imputação de notável 'vulnerabilidade' (SALVIANI, 2002, pg. 32).

Em 1982 o BM estabeleceu pela primeira vez uma política especial para os povos indígenas, a chamada Diretriz Operacional 2.34 (Povos Tribais em Projetos Financiados pelo Banco), "a fim de salvuardá-los das consequências negativas eventualmente causadas pelos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco" (SALVIANI, 2002, pg. 32).

No ano de 1991, a Diretriz 2.34 foi reformulada e substituída pela Diretriz Operativa 4.20 (Povos Indígenas), que inclui procedimentos de consulta e participação indígena nos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco. De acordo com Salviani, [...] este novo projeto reorienta sua política de relacionamento com as populações indígenas atingidas por seus investimentos, contratando antropólogos e cientistas sociais para somarem às equipes dos economistas que realizam estudos sobre expansão de negócios em países periféricos (SALVIANI, 2002, p. 23). Esta nova Diretriz 4.20 "foi elaborada para funcionar como um estatuto ambiental e social que limitaria os danos causados pelos projetos e financiamento de empresas multinacionais que operam em terras indígenas" (FAUSTINO, 2006,

¹ História do Banco Mundial. Disponível em: <http://www.bancomundial.org/es/about/history> acessado em 15/09/2017.

pg.42).

Mais tarde, uma nova reformulação, substitui a Diretriz 4.20 de 1991, pela Diretriz Operacional 4.10 (Povos Indígenas) de 2005, esta nova política defende a missão do Banco de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, assegurando que o processo de desenvolvimento respeite plenamente a dignidade, os direitos humanos, as economias e as culturas dos Povos Indígenas (BANCO MUNDIAL, 2005, pg. 01). Um dos objetivos dessa Diretriz 4.10 é:

[...] aumentar a inclusão os Povos Indígenas no processo de desenvolvimento, incorporando seus interesses na elaboração de programas de desenvolvimento e nas estratégias de redução da pobreza, e proporcionando oportunidades deles se beneficiarem mais efetivamente de programas de desenvolvimento através de reformas políticas e jurídicas, capacitação, consulta e participação livre, prévia e informada (BANCO MUNDIAL, 2005, pg. 10).

São as proposta desta nova diretriz 4.10, que respalda o documento de salvaguarda chamado: Estratégias para Participação dos Povos Indígenas no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná.

Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná

O Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná, celebrado entre a República Federativa do Brasil (fiadora), Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) e o Estado do Paraná (Mutuário), tem como objetivo promover o acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e humano, ambientalmente sustentáveis. Está organizado em dois componentes:

[...] o Componente 1 - conta com nove programas ações finalísticas das seguintes secretarias estaduais: Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação; e Componente 2 - Assistência Técnica para Gestão Pública mais Eficiente e Eficaz, envolvendo cinco setores: desenvolvimento rural, meio ambiente, saúde, educação e gestão do setor público (BANCO MUNDIAL, 2012, pag.03).

O setor da Educação faz parte do componente 1, e os principais desafios deste setor são: “a) a melhoria da qualidade do ensino; b) a redução de estudantes acima da idade, portanto, aumentando a retenção; e c) a melhoria do ambiente escolar” (BANCO MUNDIAL, 2012, pg.33).

O custo total do projeto é de US\$ 713,240,000.00, sendo que, US\$ 363,240,000.00 é oriundo do Tesouro do Estado e o restante, US\$ 350,000,000.00, é relativo ao financiamento do BIRD. Desse montante 12% será gasto com o setor da Educação. Os programas do setor da educação serão executados pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, e beneficiará:

[...] os 399 municípios do Estado através dos 32 Núcleos Regionais da Secretaria de Estado da Educação atendendo a 1.362 milhões de alunos, com 2.274 edificações, sendo destas, 2.135 estabelecimentos de ensino (Censo Escolar 2010). Inserido nesse público-alvo estão as 36 escolas indígenas localizadas no Estado do Paraná que serão contempladas pelas ações desenvolvidas pelo Programa beneficiando aproximadamente 700 profissionais da educação, que atendem 3.674 alunos, matriculados nos diferentes níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (PARANÁ, 2014, pag. 37).

Para a participação dos indígenas no programa, o MB obriga que o mutuário faça uma documentação específica e

realizem processos de consulta livre com a comunidade. O documento que salvaguarda os indígenas no projeto chama-se: Estratégias de Participação dos Povos Indígenas (EPPI).

O arcabouço que dá suporte a EPPI tem como referências documentos internacionais, nacionais e estaduais. Entre os tratados internacionais esta a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que foi promulgado pelo Decreto Presidencial nº 5.051 (19/4/2004). Em nível nacional esta a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, além da Lei de Diretrizes de Bases (Lei nº 9.394/96). Em termos da legislação estadual está a Constituição do Estado do Paraná de 1992 e a Resolução 2.075/2008, esta última, “autoriza que os estabelecimentos de ensino que funcionam em terras habitadas por comunidades indígenas passem a ser reconhecidos e identificados como Escolas da Rede Estadual”. Além disso, obedece o Parecer 14/99 que diz que “o atendimento escolar às comunidades indígenas deve ser realizado em permanente diálogo com a educação indígena, que é aquela realizada no dia a dia, pela própria comunidade, conforme sua organização social, política e cultural” (Parecer CNE/CEB 14/99, Resolução 003/99).

O EPPI traz também em seu texto a história das comunidades indígenas do Paraná, para escrever sobre os Kaingang os técnicos usaram as obras de Tommasino e Fernandes (2001)² e Parellada et al. (2006)³. Sobre os Guarani, as obras de Ladeira (2001)⁴, de Almeida e Mura (2003a; 2003b)⁵, Parellada et al. (2006), Hennerich (s/data)⁶. Sobre os Xetá baseia-se em Helm (1994)⁷, Da Silva (1999) e Hennerich (s/data). E sobre os Xokleng, os estudos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Instituto Socioambiental (ISA).

Para a gestão do Projeto foi constituído no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), composta por um coordenador geral e os seguintes coordenadores: adjunto, licitações e financeiro, incluindo um profissional responsável pela implementação da Estratégia de Participação dos Povos Indígenas.

Além das equipes que coordenarão o projeto para a implementação da EPPI será necessário o envolvimento dos Conselhos Indigenistas (Conselho Indígena Estadual do Paraná e o Conselho Indígena Regional de Guarapuava), sendo as suas reuniões espaços para consulta e deliberação a respeito da execução dos programas. Estes

² TOMMASINO, Kimye ; FERNANDES, Ricardo. Kaingang. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Instituto Sócio-Ambiental, 2001.

³ PARELLADA, Claudia et al. Vida Indígena no Paraná: Memória, Presença, Horizontes. Curitiba: Provopar Ação Social – PR, 2006.

⁴ LADEIRA, Maria Inês. Guarani Mbya. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Instituto Sócio-Ambiental, 2003.

⁵ ALMEIDA, Rubem de; MURA, Fábio. Guarani Kaiowá. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Instituto Sócio-Ambiental, 2003a. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa>.

ALMEIDA, Rubem de; MURA, Fábio. Guarani Nandeva. In: Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. Instituto Sócio-Ambiental, 2003b. Disponível em: <http://piib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-nandeva>.

⁶ HENNERICH, Juçara (COORD.). Olhares de Guarani para Guarani,. Guarapuava: Centro de Formação Juan Diego/Associação Shishu de Voluntariado Internacional, sem data. Impresso.

⁷ HELM, Cecília. Os Xetá: a trajetória de um grupo tupi-guarani em extinção no Paraná. In: Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, n. 92, p. 105-12.

conselhos auxiliarão também no diálogo entre a UGP e as lideranças locais (ESTRATÉGIA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA/PARANÁ, 2012, pg.18).

A equipe técnica que elaborou o EPPI é composta pelos seguintes profissionais: Cristina Cremonese – Historiadora e Técnica da Coordenação de Educação Indígena da SEED; Anibal Fresia Schorr – Cientista Social da SEPL; Juliano Gevaerd – Coordenador da Divisão de Comunidades Vulneráveis da Secretaria de Estado da Saúde - SESA; Oziel de Azevedo – Coordenador de Educação Indígena da SEED; Cristina Lins dos Santos – Engenheira Agrônoma da SEAB; e Nestor Bragagnolo⁸ – Gerente de Projetos da SEPL- Consultor do BANCO MUNDIAL na área de desenvolvimento e gestão de projetos e desenvolvimento rural, responsável técnico pelo Projeto aqui analisado.

Segundo consta no EPPI, nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2011, realizou-se em Curitiba, o “1º Encontro de Lideranças Indígenas sobre Políticas Públicas do Estado do Paraná”. Nesse encontro, foi esclarecido que as [...] “demandas apresentadas durante o referido encontro de lideranças, serão levadas em consideração pela UGP que buscará atendê-las, sempre que o escopo e os recursos dos programas possibilitem tal atendimento” (ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENA/PARANÁ, 2012, pg. 21-22).

O Projeto contempla três

programas no setor da Educação: Renova Escola, Formação em Ação e o Sistema de Avaliação da Aprendizagem. O documento EPPI não contempla o Programa Sistema de Avaliação da Aprendizagem, somente os dois primeiros. Porém, o último relatório do 1º semestre de 2016, apresentado ao Banco Mundial pelo mutuário, prevê incluir em seu Sistema de Avaliação de Aprendizagem, “a introdução de provas em língua materna para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental das escolas indígenas (Guarani e kaingang)” (PARANÁ, 2016, pg.36).

O Programa Renova Escola, tem como objetivo geral: melhorar o ambiente de ensino, diminuindo a exposição dos alunos aos riscos de acidentes provocados pelo elevado grau de deterioração da estrutura física de alguns prédios públicos escolares. Porém, captação dos recursos de financiamento para a intervenção nas escolas indígenas, deverá necessariamente buscar em primeiro plano do Governo Federal e, caso haja negativa, poderá ser utilizado o recurso do programa, dentro das normas de controle e de supervisão do Banco Mundial (ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENA/PARANÁ, 2012, pg.36).

Ainda sobre o Programa Renova Escola o Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas do Estado Paraná (TCE/PR), apontou irregularidades no valor de R\$ 70 milhões relativos a pagamentos por obras não executadas ou por indícios de fraude e corrupção, atualmente sobre investigação do

⁸ Engenheiro Agrônomo formado em 1972 – Mestre em Solo – Área de Concentração Física, Uso e Conservação do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre 1985 - Funcionário da EMATER-PR desde 1973 – nos últimos 18 anos a disposição da Coordenação de Desenvolvimento Governamental da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná – Participou da elaboração e execução do PRORURAL, PRONOROESTE, PMISA, PARANÁ RURAL, PARANÁ 12 MESES e

PARANÁ BIODIVERSIDADE. Consultor da FAO e BANCO MUNDIAL na área de desenvolvimento e gestão de projetos e desenvolvimento rural. Atualmente exerce a função de Coordenador adjunto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, nomeado pelo Decreto nº 9.871, de 13 de janeiro de 2014. Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=122280&indice=1&totalRegistros=12&anoSpan=2015&anoSelecionado=2014&mesSelecionado=0&isPaginaDo=tru> > Acessado em 13/09/2017.

Ministério Público Estadual, da Polícia Civil e do próprio TCE-PR (TRIBUNAL DE CONTAS, 2016).

O Programa Formação em Ação visa à capacitação continuada de professores da rede pública incluindo aqueles que atuam nas escolas indígenas. Os principais objetivos são: “a) Desenvolvimento de oficinas de formação continuada dos professores da rede estadual; b) Capacitação de profissionais em parceria com as Universidades através do Programa de Desenvolvimento da Educação” (ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENA/PARANÁ, 2014, pg.36).

O Projeto Multissetorial e suas Convergências com o Banco Mundial

A proposta do projeto está em consonância com a estratégia do governo para o desenvolvimento do Paraná, que visa à construção de um "Novo Jeito de Governar", logo no início do documento EPPI, consta que essa nova forma de governo, tem o objetivo de apoiar o fortalecimento da área fiscal e de gestão do setor público, com a introdução de uma gestão voltada a resultados. Para que realmente der certo, essa nova forma de governo, será “investido recursos na capacitação dos servidores, controle dos gastos, modernização na gestão da folha de pagamento, saneamento das finanças, qualidade fiscal e contratualização dos resultados” (PARANÁ, 2012, pg.03).

Da mesma forma que o projeto está em consonância com as propostas do governo do Paraná, há convergências de ambos (governo e projeto) com as ideias do BM. No ano de 2012, o BM através do seu site: <http://www.worldbank.org> publicou um comunicado a imprensa, com o seguinte título: Banco Mundial/Brasil: Reforma dos Serviços Públicos e da Gestão Fiscal para Beneficiar 10 milhões de Pessoas no Estado do Paraná,

afirmando que:

O empréstimo [...] apoiará uma reforma multissetorial que visa melhorar a gestão fiscal do estado e promover a modernização de seus serviços públicos.

“A situação atual do balanço fiscal, resultante da nosso contínuo ajuste fiscal, permitiu que o estado adotasse essa forma de crédito do Banco Mundial”, afirmou Roberto Richa, governador do Paraná. “A nossa parceria com o Banco Mundial vai acelerar a modernização dos serviços públicos com mais investimento em saúde e educação e oferecer serviços de maior qualidade, tornando o estado ainda mais competitivo para atrair novos empreendimentos” (BANCO MUNDIAL/COMUNICADO DE EMPRESA, 6/11/ 2012, grifos no original).

Conforme Moraes (1997), as políticas consideradas nocivas para o Estado, são identificadas: orçamentos públicos sobrecarregados, folhas de pagamento inchadas, emissões monetárias irresponsáveis, excessiva regulamentação sobre investimentos, recursos injetados em empresas estatais deficitárias e parasitárias, hostilidade irracional frente a investidores estrangeiros. E para solucionar tais problemas a solução é melhorar a gestão pública, cortando gastos, realizando privatizações, ajuste fiscal e monetário.

Outra convergência de ideias está nos objetivos que a SEED vai seguir para ter melhores professores em sala de aula, um desses objetivos é: ter um processo que avalia o desempenho dos professores, recompensando o bom desempenho e oferecendo incentivos atraentes por meio de um sistema eficiente de gestão de carreira (PARANÁ, 2012, pg. 19-20).

De acordo com Bárbara Bruns, economista do Banco Mundial, “quando estudantes ruins em matemática se tornam Professores, a falta de preparo é transmitida às gerações seguintes de Alunos como uma doença”. Ainda

segundo a economista, recompensar os Professores eficientes com promoções, aumentos salariais e oportunidades de desenvolvimento profissional, é importante. Mas, é fundamental que haja um bom sistema de avaliação do desempenho (apud Schneider, 2016).

Neste sentido, “quando se fala em melhorar a educação está-se falando da melhoria dos “resultados” escolares, nas habilidades e competências relacionadas à empregabilidade” (Faustino, 2006, pg.127). Na concepção do BM “Existe uma forte relação entre a escolaridade e a indianidade e entre a escolaridade e a pobreza [...] um melhoramento dos níveis de escolaridade levará a melhores oportunidades salariais para a população indígena” (FAUSTINO, 2006, pg.142).

Dessa forma, o Estado tem absorvido as demandas indígenas como estratégica para manutenção do sistema econômico, conforme LEHER (1998), o BM atua como “Ministério Mundial da Educação”, exportando pacotes de políticas educacionais aos países em desenvolvimento que sucumbem ao peso e aos interesses do capital internacional.

Considerações Finais

A influência do Banco Mundial está fortemente presente na Educação Escolar indígena. Como órgão financiador, ele faz todo um levantamento da situação do Estado para posteriormente conceder o empréstimo. E não aconteceu de forma diferente, como pudemos perceber no desenvolver do trabalho, com o Estado do Paraná, quando realizou o empréstimo do Banco Mundial para custear o Programa Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Ao realizar o empréstimo, o Estado se submeteu à política desenvolvida pelo Banco Mundial e está caminhando rumo aos interesses neoliberais, onde a educação restringe-se ao papel de reproduzir a força de trabalho para o capital, formar ideologicamente conforme os interesses dele e servir como

segmento do mercado a ser explorado comercialmente pelo setor privado.

Por fim, não devemos cruzar os braços para o embate na arena educacional, mas compreender como se dar esse combate teórico-ideológico aos paradigmas de sustentação do capital.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná**. Paraná, 2012.

Disponível em:

<http://projects.worldbank.org/P126343/parana-multi-sector-development-project?lang=en>.

Acessado 29/07/2017.

BANCO MUNDIAL. **Reforma dos Serviços Públicos e da Gestão Fiscal para Beneficiar 10 milhões de Pessoas no Estado do Paraná**.

Comunicado de Imprensa. 06 de novembro de 2012. Disponível em:

<http://www.worldbank.org>. Acessado em

04/09/2017.

DOMENECH, Eduardo. El banco mundial en el país de la desigualdad. Políticas y discursos neoliberales sobre diversidad cultural y educación en América Latina. In: GRIMSON, Alejandro.

Cultura y Neoliberalismo. Buenos Aires:

CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Julho 2007.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Estratégia de Participação dos Povos

Indígenas: Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná. Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná. Abril, 2012. Disponível em:

http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/EPPI_ABR_2012_Indigena.pdf. Acessado

07/08/2017.

FAUSTINO, Rosângela Célia. **Política educacional nos anos e 1990**: o

multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. Florianópolis, 2006. 334 f. Tese (Doutorado em Educação).

Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo**: evidências do caso brasileiro. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.

FONSECA, M. Banco Mundial e educação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MORAIS, Reginaldo C. Correa d. **Liberalismo e neoliberalismo**: uma introdução comparativa. Primeira Versão n. 73. Campinas: IFCH Unicamp, março de 1997.

PARANÁ. **Projeto Multissetorial de Desenvolvimento do Paraná**. Manual Operativo do Projeto. V.1, Documento Principal. 2014. Disponível em: http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos%20PDF%20MOP/Manual_Operativo_Volume_1.pdf. Acessado 02/08/2017.

PARANÁ. **Relatório de Monitoramento do 1º semestre de 2016**. Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná: Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral. Paraná, 2016. Disponível em: http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIO_MONIT_01_SEM_2016_editado.pdf. Acessado 15/08/2017.

PARANÁ. **Resolução 2075, 29 de Maio de 2008**. Dispõe sobre a organização e o

funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, PR, n. 7730, p.8, 23 de Maio de 2008.

SALVIANI, Roberto. **As Propostas para Participação dos Povos Indígenas no Brasil em Projetos de Desenvolvimento Geridos pelo Banco Mundial**: um Ensaio de Análise Crítica. Rio de Janeiro, 2002. 110 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2002.

SCHNEIDER, Carlos Rodolfo. **Educação o desafio da qualidade**. Fonte: Correio Braziliense (DF). Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/36697/opinio-educacao---o-desafio-da-qualidade/?pag=5>. Acessado em 20/09/2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ. **TCE faz 23 recomendações em programa do Paraná financiado pelo Banco Mundial**. Comunicado de Imprensa, 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-23-recomendacoes-em-programa-do-parana-financiado-pelo-banco-mundial/3757/N>. Acessado 15/09/2017.